



Governo do Estado de São Paulo
Companhia Paulista de Parcerias
Administração

CARTA

Carta Nº: 0085489039

AUDILINK & CIA. AUDITORES

Prezados Senhores,

Carta de Responsabilidade da Administração da Companhia Paulista de Parcerias – CPP, referente às demonstrações contábeis levantadas em 31/março/25.

Em conexão com seus exames de auditoria das demonstrações contábeis da **COMPANHIA PAULISTA DE PARCERIAS - CPP**, referente ao exercício findo em 31 de MARÇO DE 2025, com o propósito de expressar uma opinião se esta demonstração representa, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, o resultado de suas operações, o resultado abrangente, as mutações de seu patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e notas explicativas, referentes ao exercício findo naquela data, elaborados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, confirmaram que somos responsáveis pela adequada apresentação desta demonstração contábil.

Confirmamos, por meio desta carta, conforme nosso grau de conhecimento e convicção, as seguintes informações prestadas a V.Sas., no decorrer do seu exame:

- 1.** O sistema contábil e de controles internos adotados pela entidade no período são de nossa responsabilidade, sendo adequados ao nosso tipo de atividade e volume de transações.
- 2.** Os princípios contábeis adotados e as práticas e métodos seguidos na sua aplicação são aqueles divulgados nas demonstrações contábeis, as quais estão em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com o Conselho Federal de Contabilidade-CFC e com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil- IBRACON, bem como com as práticas contábeis às quais estamos sujeitos, de acordo com as autoridades responsáveis por nossa atividade.
- 3.** As estimativas foram calculadas e contabilizadas com base em dados consistentes, efetuadas por nossa Administração, confirmadas por nossos assessores especializados, quando necessário, das quais nos responsabilizamos.
- 4.** Não são de nosso conhecimento fraudes ou irregularidades pendentes que envolvam a Administração ou os empregados, que possam ter efeito significativo sobre os sistemas de controles internos ou sobre as demonstrações contábeis. Responsabilizamos-nos pelos controles de monitoramento e pela prevenção e detecção de fraudes ou erros materiais.

- 5.** As práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas durante 2008 e os efeitos de sua adoção inicial foram contabilizados pela Entidade em 2009 e divulgados nas demonstrações contábeis daquele exercício. Os pronunciamentos e interpretações, que foram publicadas posteriormente e são obrigatórias para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2020, além outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, em convergência com as normas internacionais foram adotadas nas demonstrações contábeis da Entidade.
- 6.** Todos os livros, registros contábeis e documentação comprobatória foram colocados à disposição de V.Sas.
- 7.** Não há operações e transações financeiras que não estejam refletidas nas demonstrações contábeis.
- 8.** Não há nenhum fato conhecido que possa impedir a continuidade normal das atividades da Entidade.
- 9.** A Companhia Paulista de Parcerias – CPP não possui contratação direta de apólice de seguros em seu nome.[\[DM1\]](#) Entretanto, em razão do Termo de Compartilhamento firmado com a Secretaria de Parcerias em Investimentos – SPI, que estabelece a ocupação do espaço físico, a utilização das áreas comuns e o rateio proporcional das despesas relacionadas ao imóvel, a cobertura securitária está contemplada no referido termo, garantindo proteção adequada às instalações e à continuidade das atividades da Companhia.
- 10.** Os ativos de curto prazo, longo prazo e permanente, quando aplicáveis, foram provisionados ao seu valor provável de realização ou de recuperação e foi efetuada a respectiva segregação de curto e longo prazo.
- 11.** Não temos planos ou intenções que possam afetar substancialmente o valor ou a classificação de ativos e passivos constantes das demonstrações contábeis.
- 12.** Não há perdas significativas, como provisões para realização de ativos, imobilizado, estoques obsoletos, compromissos de compra e venda ou outros compromissos que não estejam adequadamente registradas ou divulgadas nas demonstrações contábeis.
- 13.** Não há autos de infração ou notificações de autoridades fiscais ou de outras autoridades, nem descumprimento ou possíveis descumprimentos de leis ou regulamentos, cujas consequências devam ser consideradas para divulgação nas demonstrações contábeis ou como base para registro de passivos contingentes, bem como não há outros passivos ou ganhos ou passivos contingentes que devam ser contabilizados ou divulgados.
- 14.** Não há qualquer trabalho sendo executado por órgãos reguladores que possa afetar as demonstrações contábeis.
- 15.** A Entidade possui documentação e títulos de propriedade para os seus bens e ativos.
- 16.** Todas as garantias foram devidamente divulgadas nas demonstrações contábeis, bem como

ônus ou gravames sobre os nossos bens e ativos.

- 17.** A Entidade tem cumprido todas as suas obrigações contratuais, assim como de compra e venda ou outros compromissos que teriam efeito significativo sobre as demonstrações contábeis. Em caso de descumprimento, eles foram devidamente registrados e divulgados.
- 18.** Os seguintes itens, por não existirem, não foram registrados ou divulgados nas demonstrações contábeis:
- 18.1.** Acordos de reciprocidade com instituições financeiras, outros negócios que envolvam restrições de disponibilidades e linhas de crédito ou acordos semelhantes, bem como acordos para recompra de ativos anteriormente vendidos.
- 18.2.** Violações de leis ou regulamentos, cujos efeitos devam ser considerados para revelação nas demonstrações contábeis ou considerados como base para registro de perda contingente.
- 18.3.** Outras exigibilidades contingentes de valores relevantes para as quais haja necessidade de uma revelação, mesmo quando não contabilizadas, quando exista, no mínimo, uma possibilidade razoável de que um prejuízo adicional ocorra, bem como outros passivos relevantes, cujos valores possam ser razoavelmente estimados.
- 19.** Não temos conhecimento de conflitos de interesse envolvendo a administração ou seus empregados graduados.
- 20.** Não temos conhecimento de qualquer fraude ou suspeita de fraude envolvendo a Administração ou outros empregados que possuem cargos relevantes na estrutura de controles internos para fins de elaboração e apresentação das informações financeiras. Adicionalmente, não temos conhecimento de qualquer fraude ou suspeita de fraude envolvendo outros empregados em que a fraude poderia acarretar um efeito relevante nas demonstrações financeiras. Não temos conhecimento de qualquer alegação de impropriedades financeiras, incluindo fraude ou suspeita de fraude (independentemente da fonte ou forma e incluindo, sem limitação, quaisquer alegações por denúncias) que poderiam resultar em distorções nas demonstrações financeiras ou de alguma forma afetar a elaboração e apresentação das informações financeiras da entidade.
- 21.** Temos ciência de que a Audilink pode ser requerida a prestar certas informações a órgãos reguladores ou governamentais de acordo com leis e normas profissionais. Um desses requerimentos refere-se à exigência aplicável ao auditor independente, que consta da Lei 12.683/2012 (Lei de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, que alterou a Lei 9.613/98) e posteriores regulamentações, quando os profissionais ou organizações contábeis devem comunicar ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) situações que possam constituir indícios de “lavagem” de dinheiro, identificadas quando da prestação de seus serviços, no curso normal dos procedimentos de auditoria, revisão ou serviços correlatos. Neste sentido, quando aplicável, eventuais comunicações ao COAF, relacionadas a este assunto, devem ser efetuadas pelas firmas de auditoria de acordo com as regulamentações estabelecidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade, sem que sejamos notificados.

Reconhecemos que tal notificação não representa violação de sigilo profissional a que vossa senhoria está sujeita no exercício das suas atividades profissionais.

- 22.** Representamos que não temos conhecimento de nenhum evento passível de comunicação ao COAF de acordo com as Leis no 9.613/98 e 12.683/2012 ocorridas até essa data.
- 23.** Confirmamos que temos conhecimento sobre a Lei 12.846 (Lei Anti-corrupção), em vigor a partir de 29/01/2014, e nossa responsabilidade administrativa e civil como pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira e nossa responsabilidade na implementação de controles internos para mitigar eventuais riscos.
- 24.** Não ocorreram quaisquer eventos subsequentes à data das demonstrações contábeis que requerem ajustes àquelas demonstrações ou divulgações nas notas explicativas que as acompanham.
- 25.** As demonstrações contábeis, objeto de seus exames, devidamente registradas em nossos livros fiscais e comerciais, podem ser assim identificadas:

	<u>Em R\$</u>
Total do ativo	2.196.177.555
Total do ativo circulante	709.115.800
Total do Realizável a Longo Prazo	3.899.806
Total dos Investimentos	1.483.116.122
Total do imobilizado	45.827
Total do Intangível	-
Total do passivo	2.196.177.555
Total do passivo circulante	191.573.408
Total do passivo não circulante	-
Total do patrimônio líquido	2.004.604.147
Lucro do Líquido do Período	52.801.143

- 26.** Confirmamos que a Entidade não efetuou transações com pessoas vinculadas no exercício para efeitos da aplicação da legislação sobre preços de transferência, descrita na Lei nº 9430/96.
- 27.** Exceto quanto as operações efetuadas pela entidade que decorrem de transações, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações, e divulgadas nas demonstrações contábeis, não existem transações com partes relacionadas, ativas ou passivas, que influenciaram o resultado desse exercício, que não guardem relações estritamente comutativas, que não as registradas e divulgadas nas demonstrações contábeis.
- 28.** Todos os *softwares* existentes na empresa têm o respectivo certificado de origem, e, portanto, estão de acordo com a legislação pertinente.

Atenciosamente,

São Paulo, na data da assinatura digital.

RENATO VIEIRA PITA

CONTADOR

CRC 1SP215876/O-8/SP

EDGARD BENOZATTI NETO

DIRETOR

CPF: 391.577.888-55



Documento assinado eletronicamente por **RENATO VIEIRA PITA, Usuário Externo**, em 13/10/2025, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edgard Benozatti Neto, Diretor Presidente**, em 16/10/2025, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0085489039** e o código CRC **5B765326**.

RELATÓRIO DE DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nº do Processo: 378.00000107/2024-28

Interessado: Companhia Paulista de Parcerias-CPP

Assunto: 1º trimestre de 2025

Em cumprimento às melhores práticas de governança corporativa e de transparência na gestão empresarial, apresentamos as **Demonstrações Financeiras referentes ao Primeiro Trimestre do exercício de 2025.**

O presente relatório reflete o **comprometimento da administração com a transparência, a continuidade operacional e a adequada evidenciação das informações contábeis**, assegurando aos acionistas, investidores e demais partes interessadas uma visão clara e precisa da situação econômico-financeira da empresa.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2025 e 31 DE DEZEMBRO DE 2024

(Valores expressos em unidades de reais R\$)

ATIVO	N. Expl.	31/03/2025		31/12/2024		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	N. Expl.	31/03/2025		31/12/2024	
CIRCULANTE		709.115.800	865.254.515	709.115.800	865.254.515	CIRCULANTE		191.573.408	145.271.31	191.573.408	145.271.31
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	602.735.963	749.683.908	602.735.963	749.683.908	Fornecedores		3.231.403	3.470.373	3.231.403	3.470.373
Bancos			387.344		387.344						
Aplicações Financeiras		602.735.575	749.683.564	602.735.575	749.683.564	Contas a Pagar		71.153	136.025	71.153	136.025
Direitos Realizáveis		106.379.837	115.570.607	106.379.837	115.570.607	Obrigações Tributárias	13	9.315.400	4.063.337	9.315.400	4.063.337
Serviços Prestados a Receber	6	14.414.043	19.370.743	14.414.043	19.370.743	Obrigações Sociais e Trabalhistas		1.574.086	1.454.975	1.574.086	1.454.975
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	7	1.859.164	3.698.766	1.859.164	3.698.766						
Adiantamento a Funcionários			35.231.5295		35.231.5295	Juros sobre o Capital Próprio a Pagar	14	176.917.589	135.692.6	176.917.589	135.692.6
Impostos e Contribuições a Recuperar	8	49.422.293	49.162.308	49.422.293	49.162.308						
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	9	40.517.301	43.175.707	40.517.301	43.175.707	Provisões para Contingencias Fiscais	10	463.778	454.031	463.778	454.031
Outros Créditos			32.32		32.32						
Despesas Antecipadas			131.773.157.756		131.773.157.756						
NÃO CIRCULANTE		1.487.061.755	1.273.044.819	1.487.061.755	1.273.044.819	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15	2.004.604.147	1.993.027.	2.004.604.147	1.993.027.
Realizável a Longo Prazo		3.899.806	3.858.549	3.899.806	3.858.549	Capital Social		1.539.619.815	1.539.619.	1.539.619.815	1.539.619.
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	7	361.464	394.572	361.464	394.572	Reserva Legal		118.079.803	118.079.	118.079.803	118.079.
Depósitos Judiciais	10	3.538.342	3.463.977	3.538.342	3.463.977	Reserva de Lucros		301.216.009	335.328.	301.216.009	335.328.
						Lucro Acumulado		45.688.520	-	45.688.520	-
Investimentos	11	1.483.116.122	1.269.165.981	1.483.116.122	1.269.165.981						
Imobilizado	12	45.827	20.289	45.827	20.289						
TOTAL DO ATIVO		2.196.177.555	2.138.299.334	2.196.177.555	2.138.299.334	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.196.177.555	2.138.299.	2.196.177.555	2.138.299.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE MARÇO DE 2025 e 2024

(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	N. Expl.	31/03/2025	31/03/2024
Receita Operacional Líquida	16	12.983.237	541.085
Custo dos Serviços Prestados	16.1	(12.864.869)	(387.988)
Lucro (Prejuízo) Bruto		118.368	153.097
Honorários de administradores e salários	17	(672.801)	(766.451)
Publicação Legal		(15.558)	(8.291)
Serviços de terceiros	18	(95.161)	(113.555)
Despesas Gerais e Administrativas		(49.865)	(15.676)

Despesas Tributárias	19	(9.920)	(5.278)
Depreciação		(1.196)	(503)
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(726.133)	(756.657)
Receitas financeiras		62.409.128	55.456.898
Despesas Financeiras		(2.908.748)	(2.625.996)
Dividendos e ou Juros sobre capital próprio		213	219
Resultado Financeiro, líquido	20	59.500.593	52.831.121
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		58.774.461	52.074.464
Imposto de Renda	21	(4.390.557)	(5.045.493)
Contribuição Social sobre o Lucro		(1.582.761)	(1.818.538)
Apuração de Tributos		(5.973.318)	(6.864.031)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		52.801.143	45.210.433
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES		34,29	29,36

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE MARÇO DE 2025 e 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	31/03/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>52.801.143</u>	<u>45.210.433</u>
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>52.801.143</u>	<u>45.210.433</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	N. Expl.	Capital Integralizado	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de Lucros		
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2024		<u>1.539.619.815</u>	<u>109.142.700</u>	<u>354.260.171</u>	-	<u>2.003.022.686</u>
Lucro líquido do período					45.210.433	45.210.433
Destinações na Forma de Juros s/ Capital Próprio: Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício	14				(31.908.351)	(31.908.351)
Transferência para Reserva de Lucros				13.302.082	(13.302.082)	-
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2024		<u>1.539.619.815</u>	<u>109.142.700</u>	<u>367.562.253</u>	-	<u>2.016.324.768</u>
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2025		<u>1.539.619.815</u>	<u>118.079.803</u>	<u>301.216.009</u>	<u>34.112.346</u>	<u>1.993.027.973</u>
Lucro líquido do período					52.801.143	52.801.143
Constituição de Reserva Legal						
Destinações na Forma de Juros s/ Capital Próprio: Juros Sobre o Capital Próprio do Exercício	14				(41.224.968)	(41.224.968)
Transferência para Reserva de Lucros						
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2025		<u>1.539.619.815</u>	<u>118.079.803</u>	<u>301.216.009</u>	<u>45.688.521</u>	<u>2.004.604.147</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EM 31 DE MARÇO DE 2025 e 2024
(Valores expressos em unidades de reais R\$)

	N. Expl.	31/03/2025	31/03/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período		52.801.143	45.210.433
Ajustes por :			
(Receitas)/Despesas financeiras de longo prazo (ref. Investimentos em garantia)	11	(232.384.119)	(30.588.682)
(Receitas) financeiras de longo prazo (Receíveis)	7	-	(24.774)
Variação monetária ativa de depósitos judiciais		(74.365)	(66.828)
Variação monetária passiva de contingências judiciais		9.747	8.760
Depreciação	12	1.196	503
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO AJUSTADO		<u>(179.646.398)</u>	<u>14.539.412</u>
(Aumento) Redução em Serviços Prestados a Receber		4.956.700	-
(Aumento) Redução em Recebíveis	7	1.872.710	4.699.449
(Aumento) Redução em Adiantamento a Funcionários		(29.936)	6.408
(Aumento) Redução em Impostos e Contribuições a Recuperar/Diferidos		(259.985)	(1.574.873)
(Aumento) Redução em Despesas Antecipadas		25.983	27.500
(Aumento) Redução em Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	9	2.658.406	(3.315.644)
(Aumento) Redução em Investimento em Garantia	11	18.433.977	-
Aumento (Redução) em Fornecedores		(238.970)	384.701
Aumento (Redução) em Contas a Pagar		(64.872)	(30.291)
Aumento (Redução) em Obrigações Tributárias		5.252.063	6.799.094
Aumento (Redução) em Obrigações Trabalhistas		119.111	129.368
		<u>32.725.187</u>	<u>7.125.712</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<u>(146.921.211)</u>	<u>21.665.124</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de Imobilizado	12	(26.735)	(349)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		<u>(26.735)</u>	<u>(349)</u>
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO(A) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(146.947.946)</u>	<u>21.664.775</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		749.683.908	893.622.112
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		602.735.963	915.286.887
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			

São Paulo, na data da assinatura digital.

RENATO VIEIRA PITA

CONTADOR

CRC 1SP215876/O-8/SP

EDGARD BENOZATTI NETO

DIRETOR-PRESIDENTE

CPF: 391.577.888-55



Documento assinado eletronicamente por **RENATO VIEIRA PITA, Usuário Externo**, em 13/10/2025, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edgard Benozatti Neto, Diretor Presidente**, em 16/10/2025, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0085565896** e o código CRC **2E423F51**.



**Governo do Estado de São Paulo
Companhia Paulista de Parcerias
Administração**

INFORMAÇÃO

Nº do Processo: 378.00000107/2024-28

Interessado: Companhia Paulista de Parcerias-CPP

Assunto: Demonstrações Financeiras - Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

(Valores expressos em unidades de reais, exceto quando especificado).

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Parcerias – CPP, constituída em 04 de agosto de 2004, é uma sociedade por ações, de capital fechado, regida pela Lei Federal nº 6.404/76 (alterada pela Lei nº 11.638/07), pela Lei Federal nº 13.303/16 e pela Lei Estadual nº 11.688/04.

Para consecução de seus objetivos, a legislação faculta à CPP diversas possibilidades operacionais, incluindo a contratação de serviços especializados de avaliação e modelagem, participação em operações financeiras, prestação de garantias, entre outras formas de apoio à Administração Pública. A Lei Estadual nº 17.293/2020 também autorizou a cessão de direitos creditórios à Companhia.

1.1. Aprovação das demonstrações financeiras intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias referentes ao primeiro trimestre de 2025 foram aprovadas e têm sua divulgação autorizada pela Diretoria Colegiada e pelo Conselho de Administração, em 29/08/25.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), alterada pelas Leis nº 11.638/07, nº 11.941/09 e pela Lei nº 13.303/16 (Lei das Estatais).

Adicionalmente, foram observadas as normas e orientações emitidas pelo **Conselho Federal de Contabilidade (CFC)**, em especial os **Pronunciamentos Técnicos elaborados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo CFC**. Esses pronunciamentos foram desenvolvidos a partir das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assegurando a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil às normas internacionais.

2.1. Base de preparação:

2.1.1. Moeda funcional e de apresentação:

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia é o Real (R\$) e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1.2. Fluxo de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, em conformidade com o Pronunciamento Técnico **CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa**, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovado pela Resolução CFC nº 1.055/2005 e alterações posteriores. O referido Pronunciamento foi elaborado a partir do **IAS 7 – Statement of Cash Flows**, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), de forma que sua aplicação no Brasil está em convergência com as normas internacionais de contabilidade.

Os termos utilizados na Demonstração dos Fluxos de Caixa são definidos da seguinte forma:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia, bem como a outras atividades que não se enquadram como de investimento ou de financiamento.
- Atividades de investimento: correspondem às adições e baixas de ativos não circulantes, além de outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.
- Atividades de financiamento: englobam as transações que resultam em mudanças na composição do patrimônio, empréstimos e financiamentos.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Esta nota apresenta as principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis da Companhia, com o propósito de assegurar transparência, uniformidade e comparabilidade das informações financeiras divulgadas, em conformidade com os princípios e normas contábeis vigentes.

As demonstrações contábeis foram preparadas com base na legislação societária brasileira, nas normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e nos Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme aplicáveis às empresas estatais não dependentes.

3.1 Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, contemplando todas as receitas, custos e despesas incorridos no período, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

3.2 Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou exigibilidade ocorrer em até 12 meses após a data das demonstrações contábeis. Aqueles cuja realização ou exigibilidade ocorrer em prazo superior a 12 meses são classificados como não circulantes.

3.3. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão, quando aplicável. Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são mensurados conforme sua classificação: ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado ou ao valor justo por outros resultados abrangentes.

3.4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem o caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

3.5. Gastos com Contratos e Investimentos

Os gastos diretamente relacionados à estruturação, elaboração ou acompanhamento de contratos vinculados a projetos são capitalizados quando atendem aos critérios de ativo, especialmente quando associados à geração de benefícios econômicos futuros. Demais gastos de natureza operacional ou administrativa são reconhecidos diretamente no resultado do exercício em que forem incorridos.

3.6. Créditos Tributários

Compreendem valores a recuperar de tributos retidos ou pagos a maior, tais como IRRF, CSLL, PIS e COFINS. Os créditos são registrados quando há expectativa de sua realização mediante compensação ou restituição.

3.7. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, conforme especificado por tipo de ativo.

3.8. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, cuja liquidação seja considerada provável e possa resultar em saída de recursos, desde que o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são, portanto, passivos de prazo ou de valor incertos.

Ativos e passivos contingentes não são registrados nas demonstrações contábeis. Os passivos contingentes devem ser divulgados em notas explicativas sempre que houver possibilidade de perda. Já os ativos contingentes são divulgados apenas quando a realização de benefícios econômicos futuros se tornar provável.

3.9 Receita de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas conforme o estágio de execução dos contratos, com base em medições físicas ou financeiras realizadas, de acordo com o regime de competência.

3.10. Custos de Serviços Prestados

Compreendem os custos diretamente atribuíveis à prestação de serviços, incluindo gastos com pessoal alocado por projeto, encargos e despesas operacionais vinculadas à execução contratual.

3.11. Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil dos seus ativos para verificar a existência de perdas não recuperáveis. Quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização.

3.12. Benefícios a Empregados

Os benefícios concedidos aos empregados, tais como assistência médica, vales e auxílios, são reconhecidos como despesas quando incorridos. A Companhia não possui planos de benefícios pós-emprego.

3.13. Eventos Subsequentes

Eventos ocorridos após a data das demonstrações contábeis que fornecem evidências adicionais sobre condições existentes à data do balanço são refletidos nas demonstrações. Eventos que indicam condições surgidas após essa data são divulgados em nota explicativa, quando relevantes.

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados, para fins de mensuração e divulgação, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros, em:

- Valor Justo por Resultado (VJR)
- Custo Amortizado
- Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA)

A mensuração ocorre com base no objetivo de negócio da Companhia em relação à gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais. Os passivos financeiros são, em sua totalidade, mensurados ao **custo amortizado**.

Os valores registrados aproximam-se de seus respectivos valores de mercado, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 1 - Instrumentos Financeiros

Descrição	Classificação CPC 48	31/03/2025	31/12/2024
Ativos financeiros:			
Caixa e Equivalentes de Caixa	VJR	602.735.963	749.683.908
Serviços Prestados a Receber	VJ, Custo Amortizado	14.414.043	19.370.743
Cessão Recebíveis - Desenvolve SP	Custo Amortizado	2.220.628	4.093.338
Fundo de Investimentos em Garantia	VJR	1.483.035.584	1.269.085.443
Gastos com Contratos - Serviços em Andamento	Custo Amortizado	40.517.301	43.175.707
Investimentos	Custo Amortizado, VJORA	80.538	80.538
		2.143.004.057	2.085.489.677
Passivos financeiros:			
Contas a Pagar	Custo Amortizado	71.153	136.025
Fornecedores	Custo Amortizado	3.231.403	3.470.373
Juros sobre Capital Próprio	Custo Amortizado	176.917.589	135.692.620
		180.220.145	139.299.018

5. CAIXA E EQUIVALÊNCIA DE CAIXA

As aplicações financeiras da Companhia estão alocadas em fundos com liquidez imediata e depósitos a prazo, com rentabilidade próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Essas aplicações são registradas ao valor justo, com base no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo na data de encerramento do período.

A composição das aplicações financeiras em 31 de março de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é apresentada a seguir:

Tabela 2 - Caixa e Equivalência de Caixa

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Bancos	387	344
Aplicações Financeiras	602.735.576	749.683.564
CPP Projetos	563.617.003	710.636.903
BB CDB/RDB (Depósitos a Prazo)	39.118.573	39.046.661
Total	602.735.963	749.683.908

6. CRÉDITOS A RECEBER

Os créditos registrados como contas a receber referem-se exclusivamente às operações de prestação de serviços realizadas pela Companhia, decorrentes de contratos firmados com a **Secretaria de Parcerias em Investimentos**, no âmbito de projetos de estruturação e garantias.

Os valores são reconhecidos pelo **regime de competência**, registrados pelo valor nominal das contraprestações pactuadas.

Tabela 3 – Créditos a Receber

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
Contas a Receber por serviços prestados	14.414.043	19.370.743

7. CESSÃO DE RECEBÍVEIS – DESENVOLVE SP

A Companhia mantém saldo a receber decorrente de contrato de cessão onerosa firmado em 25 de junho de 2021 com a Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo, parte relacionada. O contrato envolveu a transferência irrevogável e irretroatável de créditos originados de financiamentos celebrados com municípios paulistas, sem coobrigação da Companhia.

Os contratos cedidos são garantidos por repasses do ICMS pertencentes aos municípios, transferidos regularmente pelo Governo do Estado de São Paulo.

A liquidação financeira da cessão ocorreu em 12 de julho de 2021, no valor de R\$ 78.824.614,00. A movimentação dos recebíveis entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025 está apresentada a seguir:

Tabela 4 - Cessão de Recebíveis – Desenvolve SP

Carteira de Recebíveis	Saldo 31/12/2024	Recebimentos	Receitas Financeiras	Transferências Curto/Longo Prazo	Saldo 31/03/2025
Curto Prazo	3.698.766	(1.954.594)	81.884	33.107	1.859.164
Longo Prazo	394.572	-		(33.107)	361.464
Total da Carteira	4.093.338	(1.954.594)	81.884	-	2.220.628

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

Os créditos tributários da Companhia referem-se a valores de IRPJ, CSLL e outros tributos passíveis de compensação ou restituição junto à Receita Federal. Esses créditos incluem estimativas não compensadas de exercícios anteriores e do exercício corrente, bem como valores a restituir devidamente reconhecidos.

A composição dos saldos em 31 de março de 2025, comparativamente à data-base de 31 de dezembro de 2024, é apresentada a seguir:

Tabela 5 - Impostos e Contribuições a Recuperar

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL a restituir	20.333.139	20.470.596
Estimativas de CSLL não compensadas de exercícios anteriores	132.667	132.667
Estimativas de IRPJ não compensadas de exercícios anteriores	6.691.279	11.096.946
Estimativas de IRPJ não compensadas do exercício corrente	16.181.973	16.673.389
Estimativas de CSLL não compensadas do exercício corrente	810.300	787.005
Outros Valores a Recuperar	5.272.935	1.705
Total	49.422.293	49.162.308

9. GASTOS COM CONTRATOS – SERVIÇOS EM ANDAMENTO

A Companhia atua na estruturação de projetos de concessões e parcerias público-privadas, atividade que demanda a contratação de serviços especializados e a utilização de equipe própria, com rateio de custos por horas dedicadas. Os valores incorridos permanecem registrados em “**Serviços em Andamento**”, sendo apropriados ao resultado de acordo com a entrega ou faturamento dos projetos, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

A seguir, apresenta-se a posição contábil dos serviços em andamento:

Tabela 6 - Gastos com Contratos – Serviços em Andamento

Custos com Contratações Externas e Contrapartida Financeira para a Execução dos Projetos de Estruturação PPP's	Execução Contratual			
	Saldo em 31/12/2024	Total de Custos em 31/03/2025	(-) Fatur. 1º trim/25	Saldo em 31/03/2025
Ressarcimento dos Produtos Executados	37.935.391	8.174.124	(11.581.743)	34.527.773
Custo Contrapartida financeira dos serviços técnicos prestados pela CPP	5.240.316	2.032.338	(1.283.126)	5.989.528
Total Geral - Custos de Contratos em Andamento	43.175.707	10.206.462	(12.864.869)	40.517.301

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia opôs Embargos à Execução Fiscal nº 5007551-67.2021.4.03.6182, movida pela União Federal, referente à cobrança dos tributos PIS, COFINS, CSLL e IRPJ, acrescidos de encargos legais.

A exigência tem origem em compensações não homologadas de créditos tributários relativas ao saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2009. Para defesa de seus direitos, a Companhia ingressou com ação anulatória de crédito tributário, alegando que os valores exigidos foram devidamente quitados.

Como garantia da execução fiscal, foram realizados depósitos judiciais em 31 de maio de 2021, no valor total de R\$ 2.512.313, conforme detalhamento a seguir:

Tabela 7 - Depósitos Judiciais

Descrição	Valor - R\$
Conta Judicial 00031861.4 - PIS	89.475
Conta Judicial 00031860.6 - COFINS	239.805
Conta Judicial 00031863.0 - CSLL	579.191
Conta Judicial 00031859.2 - IRPJ	1.603.842
Total constituído de Depósitos judiciais	2.512.313
Atualização monetária	1.026.029
Saldo Atualizado em 31/03/2025	3.538.342

Conforme avaliação da assessoria jurídica da Companhia:

- **A perda é considerada possível** quanto aos tributos **IRPJ e CSLL**;
- **A perda é considerada provável** em relação aos tributos **PIS e COFINS**, razão pela qual, desde 2021, foi constituída **provisão para contingências fiscais**.

O valor atualizado da provisão para contingência em 31 de março de 2025 é de **R\$ 438.778**, refere-se à provisão constituída em 2021 para atender ao risco classificado como provável de perda em relação aos

tributos **PIS e COFINS** no âmbito do processo judicial discutido com a União (Execução Fiscal nº 5007551-67.2021.4.03.6182). O valor encontra-se atualizado conforme estimativas da equipe jurídica e permanece registrado enquanto perdurar a disputa judicial.

11. INVESTIMENTOS

11.1 INVESTIMENTOS – PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA

Em 31 de março de 2025, a Companhia detinha participações societárias em empresas controladas ou coligadas do setor público estadual, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Tabela 8 - Investimentos Participação Societária

Descrição	Quant. de ações	31/03/2025
Desenvolve SP (ações ordinárias)	20.000	21.538
CPSEC (ações ordinárias)	590	59.000
Total de Investimentos	20.590	80.538

As participações detidas representam **percentuais inferiores a 2%** do capital social das respectivas investidas. Dado o caráter não relevante dessas participações e a ausência de influência significativa, **não há exigência de aplicação do método da equivalência patrimonial**, conforme previsto nas normas contábeis aplicáveis às companhias abertas e sociedades de economia mista.

Tais investimentos são classificados como **ativos não circulantes – investimentos**, e estão avaliados ao custo de aquisição, deduzido de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

11.2 FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM GARANTIA – GARANTIAS CONSTITUIDAS

Em conformidade com as disposições estatutárias, que autorizam a Companhia a prestar garantias reais e fidejussórias, apresenta-se a seguir o demonstrativo das garantias constituídas até 31 de março de 2025:

Tabela 9 - Garantias Constituídas

Movimentação das garantias aos contratos de PPP firmados pelo Estado de São Paulo e outras operações						
recursos vinculados a garantias de contratos de PPP e outras operações	Ref.	saldo inicial em 31/12/2024	novas garantias empenhadas/ (liberadas)	rendimento	IR fonte	saldo final em 31/03/2025
fundo CPP Projetos:						
PPP Linha 6	11.2.1	504.788.433	-	15.113.556	-	519.901.989
PPP Habitação Lote 1	11.2.2	77.281.376	-	2.254.189	(4.135.165)	75.400.399
Contrato Hospital São José dos Campos	11.2.3	46.077.615	-	1.336.236	(3.775.131)	43.638.720
Contrato Hospital Sorocaba	11.2.4	56.313.431	-	1.633.071	(4.613.750)	53.332.752
Contrato Hospital Pérola Byington	11.2.5	65.688.686	-	1.898.887	(5.909.931)	61.677.642
PPP da RMBS - ônibus + VLT	11.2.6	26.850.984	-	803.929	-	27.654.912
Contrato Rodoanel (Norte)	11.2.7	412.124.967	-	12.339.177	-	424.464.144
Contrato Litoral Paulista	11.2.8	-	193.909.751	503.381	-	194.413.132
		1.189.125.492	193.909.751	35.882.424	(18.433.977)	1.400.483.691
Fundo BB RF CPP LP FIC						
Contrato BNDES	11.2.9	79.959.950	-	2.591.943	-	82.551.893
total de recursos vinculados		1.269.085.443	193.909.751	38.474.367	(18.433.977)	1.483.035.584

Fundos de Investimentos em Garantia – Garantias Constituídas

O primeiro fundo existente, denominado Fundo de Investimento CPP Projetos (CNPJ 17.116.243/0001-92), foi constituído em janeiro de 2013 com o objetivo de concentrar em um único fundo os recursos financeiros a serem vinculados, geralmente sob a forma de penhor de cotas, a diferentes projetos de PPP ou a outras

operações do Estado de São Paulo. O valor das garantias no referido fundo encontra-se registrado no ativo da companhia, em conta específica, evidenciando que os recursos estão segregados e destinados exclusivamente ao atendimento das obrigações dos contratos de PPP e demais operações.

11.2.1 Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável pela prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da **Linha 6** – Laranja do Metrô de São Paulo, do Contrato de Concessão Patrocinada Nº 015/2013 de dezembro de 2013.

11.2.2 Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais da contraprestação pecuniária à concessionária responsável para a implantação de habitações de interesse social e habitações de mercado popular na região central da cidade de São Paulo (PPP da **Habitação**), estabelecidas no contrato de Concessão Administrativa, conforme Contrato SH Nº 001/2015 de março de 2015.

11.2.3, 11.2.4 e 11.2.5 Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 5 parcelas mensais da contraprestação pecuniária às concessionárias responsáveis pela construção, operação de serviços “Bata Cinza” e manutenção dos **Complexos Hospitalares** (Lote 01: Hospital Estadual de Sorocaba e Lote 02: Hospital Estadual de São José dos Campos e Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher – HCRSM), Inova Saúde São Paulo SPE S.A. e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A, referente aos contratos de Concessão Administrativa PPP 01/2014 e PPP 02/2014, datados de setembro de 2014.

11.2.6 Garantia constituída com base no penhor de determinada quantidade de cotas do Fundo CPP Projetos a fim de garantir o pagamento de até 6 parcelas mensais de parte da contraprestação à concessionária responsável para prestação de serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal por ônibus, VLT e demais veículos de baixa e média capacidade (PPP do Sistema Integrado Metropolitano – **SIM** – da **Baixada Santista**), estabelecida no contrato de Concessão Patrocinada, conforme Contrato STM Nº 02/2015, em março de 2015.

11.2.7 Em 9 de agosto de 2023 o Estado de São Paulo, assinou contrato de Concessão Patrocinada com a Rodoanel Norte SPE S.A, para executar serviços de operação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração do Sistema Rodoviário do Lote **Rodoanel Norte**. Em 30 de novembro de 2023 a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, na qualidade de Interveniente – Garantidora, constituiu garantia financeira às obrigações assumidas pelo Poder Concedente no valor de R\$ 374.257.769, apresentando saldo atualizado em 31 de março de 2025 de R\$ 424.464.967 (em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 412.124.967).

11.2.8 Em 07 de outubro de 2024 o Estado de São Paulo, assinou o contrato de Concessão Patrocinada com a Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo, para executar serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização dos investimentos necessários para a exploração da malha rodoviária composta pelo Sistema Rodoviário do Lote **Litoral Paulista**. Em março de 2025 a Companhia Paulista de Parcerias - CPP, na qualidade de Interveniente – Garantidora, constituiu garantia financeira às obrigações assumidas pelo Poder Concedente no valor de R\$ 193.909.751, apresentando saldo atualizado em 31 de março de 2025 de R\$ 194.413.132.

11.2.9 O segundo fundo existente, denominado BB Renda Fixa CPP LP Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento (CNPJ 11.451.205/0001-00), teve a totalidade das cotas dadas em garantia às obrigações assumidas pelo Estado de São Paulo nos contratos de financiamento celebrados entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - **BNDES** e o Estado de São Paulo:

A formalização desta operação ocorreu por meio de aditivos aos contratos nº 14.2.0210.1, nº 14.2.1011.1, nº 14.2.0720.1 e nº 14.2.1008.1, assinados em 2022, proporcionando a liberação de outros ativos de titularidade do Estado de São Paulo, vinculados até então aos respectivos contratos de financiamentos.

11.3. Garantias Constituídas Sob Outras Modalidades

11.3.1. PPP dos Trens da CPTM:

Em 19 de março de 2010 a CPTM assinou o Contrato de Concessão Administrativa nº 876408301100 para prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva, revisão geral e modernização da frota da Linha 8 – Diamante da CPTM. A CPP assumiu a condição de fiadora da CPTM em relação à obrigação de pagamento da contraprestação pecuniária, em conformidade com o Contrato de Cessão de Direitos de Créditos sob Condição Suspensiva e Outras Avenças (anexo XXIV do Contrato de Concessão). Em decorrência do contrato, a CPP comprometeu-se a complementar a garantia oferecida pela CPTM, sem vinculação específica de seus ativos, no montante aproximado de até R\$ 131,28 milhões (valor corrigido pela inflação de acordo com o índice IPC-FIPE, na data base de novembro de 2009). Assim, para assegurar a restituição dos valores eventualmente desembolsados pela CPP, por conta do inadimplemento da CPTM, foi assinado o Contrato de Contragarantia, entre a CPP e a CPTM, em 19 de outubro de 2010. Em outubro de 2021 foi assinado o Termo de Aditamento Nº 03 do Contrato de Concessão, que transferiu a operação dos trens do presente contrato para a Linha 11 – Coral da CPTM.

12. IMOBILIZADO

A movimentação dos bens do ativo imobilizado da Companhia, entre 31 de dezembro de 2024 e 31 de março de 2025, está apresentada no quadro a seguir, discriminando os valores de custo de aquisição, depreciação acumulada e saldo líquido:

Tabela 10 - Imobilizado

Descrição	Saldo Inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo Final
Custo					
Móveis e Utensílios	15.903	-	-	-	15.903
Equipamentos de Informática	3.349	26.735	-	-	30.084
Máquinas e Equipamentos	7.340	-	-	-	7.340
Total Custo de Aquisição	26.592	26.735	-	-	53.327
Depreciação Acumulada					
Móveis e Utensílios	(1.723)	(398)	-	-	(2.121)
Equipamentos de Informática	(3.058)	(630)	-	-	(3.688)
Máquinas e Equipamentos	(1.522)	(169)	-	-	(1.691)
Total Depreciação Acumulada	(6.303)	(1.196)	-	-	(7.500)
Líquido	20.289	25.539	-	-	45.827

No período, houve **adições de R\$ 26.735** em equipamentos de informática, adquiridos para modernização da infraestrutura tecnológica da Companhia.

A **depreciação acumulada** foi atualizada em **R\$ 1.196**, conforme as taxas praticadas com base na vida útil estimada dos bens. Não foram registradas baixas ou transferências de ativos no trimestre.

O **saldo líquido do imobilizado** em 31 de março de 2025 totaliza **R\$ 45.828**, frente aos **R\$ 20.289** registrados em 31 de dezembro de 2024.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações tributárias totalizaram **R\$ 9.315 mil** em 31 de março de 2025 (**R\$ 4.063 mil** em 31 de dezembro de 2024). Esse aumento decorre principalmente do acréscimo de tributos incidentes sobre receitas prestadas no período, ainda não recolhidos.

A seguir, a composição detalhada das obrigações tributárias por tipo de tributo:

Tabela 11 - Obrigações Tributárias

Descrição	31/03/2025	31/12/2024
IRRF sobre folha de pagamento	246.540	335.987
PIS a recolher	380.829	451.474
COFINS a recolher	1.956.883	2.259.170
IRRF sobre PJ a recolher e outras retenções	790	337
ISS a Recolher	757.040	1.016.369
IRPJ a Pagar	4.390.557	
CSLL a Pagar	1.582.761	
Total	9.315.400	4.063.337

14. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR

O saldo de **Juros sobre o Capital Próprio (JSCP)** a pagar em 31 de março de 2025 é de **R\$ 176.917.589**, conforme demonstra a movimentação abaixo:

Tabela 12 - Juros sobre Capital Próprio

Descrição	VALOR
Saldo em 31 de dezembro de 2024	135.692.620
Obrigações constituídas no período	41.224.969
Saldo em 31 de março de 2025	176.917.589

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de março de 2025, o Patrimônio Líquido da Companhia totalizou **R\$ 2.004.604 mil** (R\$ 1.993.028 mil em 31 de dezembro de 2024), composto pelas seguintes rubricas:

15.1. Capital Social, Participação Acionária e Capital Autorizado

Em 31 de março de 2025, o capital social da Companhia era de **R\$ 1.539.619.815,19**, totalmente subscrito e integralizado, representado por **1.539.619.815 ações ordinárias nominativas**, todas de titularidade do Estado de São Paulo, seu único acionista.

O Estatuto Social previa capital autorizado no montante de **R\$ 2.263.840.482,00**, valor que foi ampliado para **R\$ 5.560.483.250,79**, conforme deliberação dos Conselhos de Administração e Fiscal, realizada em março de 2025. A alteração estatutária tem por objetivo assegurar a continuidade e possibilitar a expansão dos projetos conduzidos pela Companhia.

15.2. Reserva Legal

Constituída pela aplicação de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, a Reserva Legal manteve-se em **R\$ 118.080 mil** em 31 de março de 2025, sem alterações em relação a 31 de dezembro de 2024.

15.3. Reservas de Lucros

As reservas de lucros são formadas conforme deliberação do acionista, nos termos do §4º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76, e, desde 21 de março de 2018, têm destinação prioritária à cobertura de obrigações vinculadas a contratos de PPP.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de março de 2018 foi objeto de apontamento pela diretoria a avaliação de alternativas de aquisição de ativos de interesse do Estado ou investimento em projetos estratégicos, sem, no entanto, prejudicar o custeio operacional da CPP e os compromissos com

prestação de garantias em contratos de PPP já assinados ou em fase de licitação, sendo deliberada, em razão disso, a manutenção da reserva de lucros existente, até ulterior deliberação. Registre-se dessa forma que referida reserva de lucros está destinada para, substancialmente, atender às demandas da Companhia, em especial a prestação de garantias.

Em 31 de março de 2025, totalizavam **R\$ 301.216 mil**, correspondentes à Reserva de Lucros a Realizar.

15.4. Lucros Acumulados

Em 31 de março de 2025, o lucro acumulado do período apresenta o saldo de **R\$ 45.688.520**.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas operacionais da Companhia decorrem dos contratos SPI 001/2023, SPI 009/2023 e SPI 025/2024, cujas obrigações são reconhecidas em ponto no tempo, ou seja, após a aceitação formal dos produtos contratados pelo contratante.

Até 31 de março de 2025, as receitas de prestação de serviços e demais receitas contratuais, conciliadas com a demonstração do resultado do período e deduzidas dos tributos incidentes (PIS, COFINS e ISS), apresentaram a seguinte composição:

Tabela 13 - Receita Operacional Líquida

Receita Operacional Líquida	Total
Receita Bruta de Venda de Serviços	15.140.801
ISS	(757.040)
PIS	(249.823)
Cofins	(1.150.701)
(-) tributos sobre as receitas de serviços (PIS, Cofins e ISS)	(2.157.564)
Receita líquida de serviços	12.983.237

16.1. Custos dos Serviços Prestados

Os custos dos serviços prestados refletem os valores incorridos diretamente na execução dos contratos SPI 001/2023, SPI 009/2023 e SPI 025/2024, em conformidade com os critérios de alocação descritos na Nota 9.

Até 31 de março de 2025, os custos totais registrados foram de R\$ 12.864.869, compostos pelas seguintes naturezas:

Tabela 14 - Custos dos Serviços Prestados

Custos com Contratações Externas e Contrapartida Financeira para a Execução dos Projetos de Estruturação PPP's	Execução Contratual
	Faturamento 1º Trimestre
Ressarcimento dos Produtos Executados	11.581.743
Custo Contrapartida financeira dos serviços técnicos prestados pela CPP	1.283.126
Total Geral - Custos de Contratos em Andamento	12.864.869

Tais custos representam os dispêndios diretamente atribuíveis às atividades executadas no período, incluindo a remuneração de pessoal próprio alocado, bem como a contratação de serviços técnicos especializados de apoio à estruturação e desenvolvimento de projetos.

17. HONORÁRIOS DE ADMINISTRADORES E SALÁRIOS

As despesas com pessoal, incluindo salários, encargos e honorários da administração, totalizaram R\$ 672.993 no trimestre encerrado em 31 de março de 2025, ante R\$ 766.451 acumulados até 31 de março de 2024, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela 15 - Honorários e Salários

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Pessoal-Chave da Administração		
Honorários de diretoria	283.566	353.406
Bônus prêmio eventual - diretoria	-	-
Honorários de conselho de administração	224.596	160.432
Encargos sociais proporcionais	125.985	131.040
Honorários do Pessoal Chave da Administração	634.147	644.878
Honorários de conselho fiscal e encargos sociais	108.600	108.600
Empregados celetistas e encargos sociais	1.788.821	1.325.654
Despesas com prestadores de serviços (benefícios)	173.571	150.777
Demais rubricas de despesas com pessoal	2.070.992	1.585.031
Alocações para Gastos com Contratos - Serv. Andamento	(2.032.338)	(1.463.458)
Total de Honorários de administradores e salários	672.801	766.451

Os valores incluem remunerações de pessoal próprio, benefícios e encargos sociais, bem como os honorários dos membros da administração.

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$ 160.584 no trimestre encerrado em 31 de março de 2025, ante R\$ 137.522 no mesmo período de 2024, compostas conforme a seguir:

Tabela 16 - Despesas Gerais e Administrativas

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Publicações legais	15.558	8.291
Serviços de terceiros	95.161	113.555
Demais despesas gerais e administrativas	49.865	15.676
Total	160.584	137.522

- **Publicações legais:** correspondem às despesas com divulgações obrigatórias de atos societários e informações exigidas por lei.
- **Serviços de terceiros:** incluem serviços contábeis, auditoria e consultorias técnicas especializadas.
- **Demais despesas gerais e administrativas:** abrangem gastos com seguros, licenças de software, viagens, materiais de consumo e serviços auxiliares.

As variações observadas refletem o ritmo da execução orçamentária e as necessidades operacionais da Companhia, alinhadas ao planejamento institucional para o exercício.

19. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

No trimestre encerrado em 31 de março de 2025, as despesas tributárias totalizaram R\$ 9.920, ante R\$ 5.278 no mesmo período de 2024, conforme detalhado a seguir:

Tabela 17 - Despesas Tributárias

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Demais Impostos, Taxas e Contribuições	6.916	5.278
IOF	3.004	-
Total	9.920	5.278

A redução significativa em relação ao mesmo período do exercício anterior decorre, principalmente, da diminuição das incidências de impostos e contribuições sobre operações específicas registradas em 2024, não recorrentes no trimestre de 2025.

20. RESULTADO FINANCEIRO

No trimestre encerrado em 31 de março de 2025, o resultado financeiro líquido da Companhia totalizou R\$ 59.500.593, ante R\$ 52.831.121 no mesmo período de 2024. A composição é a seguinte:

Tabela 18 - Resultado Financeiro

Descrição	31/03/2025	31/03/2024
Rendimentos de aplicações financeiras	60.943.213	53.916.515
Outras receitas financeiras	1.465.915	1.540.383
Total de receitas financeiras	62.409.128	55.456.898
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	213	219
Juros sobre capital próprio, dividendos recebidos e participações	213	219
Outras despesas financeiras	(9.858)	(8.759)
Impostos e Contribuições Receita Fianceira (PIS e Cofins)	(2.898.890)	(2.617.237)
Total de despesas financeiras	(2.908.748)	(2.625.996)
Resultado financeiro líquido	59.500.593	52.831.121

O aumento de 12,62% no resultado financeiro líquido em relação ao mesmo período de 2024 decorre, principalmente, da elevação dos rendimentos de aplicações financeiras e do reconhecimento de outras receitas financeiras no primeiro trimestre de 2025.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para o trimestre encerrado em 31 de março de 2025 foi realizada com base no lucro contábil ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal vigente.

O quadro a seguir apresenta a reconciliação entre o resultado contábil e o resultado fiscal, bem como a base de cálculo e os valores apurados, comparativamente ao mesmo período de 2024:

Tabela 19 - Imposto de Renda e Contribuição Social

Demonstração dos Fatos Geradores	Resultados em 31/03/2025			Resultados em 31/03/2024		
	Saldos	IRPJ	CSLL	Saldos	IRPJ	CSLL
Resultado antes do IRPJ e CSLL	58.774.461			52.074.464		
Ajustes de natureza fiscal ao resultado contábil:						
Adições	111.316			106.689		
(+) Subtotal (Adições ao Lucro)	111.316			106.689		
Exclusões	41.299.547			-31.975.179		
(-) Subtotal (Exclusões ao Lucro)	41.299.547			-31.975.179		
Subtotal	100.185.323			20.205.974		
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal	-	-	-	-	-	-
Base de cálculo - resultado fiscal	100.185.323	(4.390.557)	(1.582.761)	20.205.974	(5.045.493)	(1.818.538)
Totais de apuração tributária	100.185.323	(4.390.557)	(1.582.761)	20.205.974	(5.045.493)	(1.818.538)

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – RISCOS

A Companhia Paulista de Parcerias – CPP adota uma política conservadora de investimentos e gerenciamento de riscos, compatível com sua natureza institucional e voltada à segurança dos recursos públicos.

A maior parte da receita da Companhia é de natureza financeira, proveniente de aplicações em fundos lastreados, principalmente, em títulos públicos federais, com baixo risco de crédito e mercado. Parte relevante desses ativos está vinculada a garantias de contratos de Parceria Público-Privada (PPP).

As reservas de lucros são constituídas com base no resultado, conforme deliberação do acionista. A gestão dos riscos de mercado, crédito e liquidez é feita de forma contínua, priorizando a segurança, a liquidez e a sustentabilidade financeira da Companhia.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

23.1 Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de abril de 2025, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2024, no montante de R\$ 178.742.070,14, da seguinte forma:

1. Constituição de reserva legal: R\$ 8.937.193,51;
2. Distribuição de R\$ 169.804.966,63 ao acionista único, sendo:
 - R\$ 42.451.241,66 referentes aos dividendos obrigatórios, pagos na forma de JCP;
 - R\$ 127.353.724,97 como dividendos adicionais, sendo R\$ 93.241.378,17 em JCP;
 - R\$ 34.112.346,80 como dividendos em espécie.

A distribuição foi aprovada com prazo de pagamento até 31 de maio de 2025.

23.2 Em 16 de maio de 2025, a Companhia firmou contrato para a prestação de serviços especializados de apoio e elaboração de estudos técnicos, abrangendo a modelagem e estruturação de projetos integrantes do **Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo – PPI-SP.**

O objeto do contrato contempla, entre outros:

- a estruturação de projetos para a prestação regionalizada dos serviços de gestão de resíduos sólidos (**Programa Integra Resíduos**);
- a estruturação de projetos para a prestação regionalizada dos serviços de saneamento básico e obras de resiliência hídrica (**Projeto Universaliza SP**);
- a delegação do transporte público coletivo semiurbano em regiões metropolitanas e não metropolitanas;
- a delegação dos serviços de gestão dos parques estaduais Morro do Diabo, Intervales, Carlos Botelho, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira – PETAR e Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade – FEENA;
- a concessão para construção, manutenção e operação da **Linha 16-Violeta do Metrô**;
- o apoio técnico na revisão dos estudos referentes à concessão dos serviços de remoção, guarda, liberação e leilão de veículos apreendidos pelo **DETRAN-SP**.

24. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações posteriores, bem como os

Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, além das Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) e demais normas aplicáveis, conforme previsto na Lei nº 13.303/2016 e nos regulamentos correlatos.

A elaboração destas demonstrações também observa as disposições legais e regulamentares do Estado de São Paulo, incluindo, quando aplicável, as determinações da Lei Estadual nº 11.688/2004, que disciplina, entre outros aspectos, a atuação da Companhia Paulista de Parcerias – CPP na estruturação de projetos e garantias no âmbito das Parcerias Público-Privadas e demais iniciativas do Estado de São Paulo.

A **Administração da Companhia** declara que:

- As demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia para o período apresentado;
- Todas as informações relevantes e necessárias à adequada interpretação das demonstrações contábeis foram devidamente evidenciadas;
- As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os períodos apresentados, exceto quando indicado de forma diversa nas notas explicativas;
- A elaboração das demonstrações contábeis é de responsabilidade exclusiva da Administração, que adotou procedimentos e controles internos necessários para assegurar a fidedignidade e a integridade das informações;
- Os demonstrativos foram submetidos à auditoria independente, em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, cujos relatórios acompanham estas demonstrações.

São Paulo, na data da assinatura digital.

RENATO VIEIRA PITA

CONTADOR

CRC 1SP215876/O-8/SP

EDGARD BENOZATTI NETO

DIRETOR

CPF: 391.577.888-55



Documento assinado eletronicamente por **RENATO VIEIRA PITA, Usuário Externo**, em 13/10/2025, às 17:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edgard Benozatti Neto, Diretor Presidente**, em 16/10/2025, às 19:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0085567013** e o código CRC **0E0AFEAA**.
